

**PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO - SEMGE**

EDITAL Nº 01/2014

CONCURSO PÚBLICO para o cargo de

Auditor Fiscal

Área 01 – Administração Tributária

**CÓDIGO
S03
MANHÃ**



T

**Verifique se esta
LETRA é a mesma
do seu Cartão
de Respostas.**

**DE ACORDO COM O EDITAL, O
CANDIDATO QUE FIZER PROVA
DE LETRA DIFERENTE SERÁ
ELIMINADO.**

**TRANSCREVA, EM ESPAÇO DETERMINADO NO SEU CARTÃO DE RESPOSTAS,
A FRASE DO ESCRITOR JOSÉ LINS PARA EXAME GRAFOTÉCNICO**

"Se chove, tenho saudades do sol, se faz calor, tenho saudades da chuva."

ATENÇÃO

- DURAÇÃO DA PROVA: 4 horas e 30 minutos.
- ESTE CADERNO CONTÉM 40 (QUARENTA) QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA, CADA UMA COM 5 ALTERNATIVAS DE RESPOSTA – A, B, C, D e E – CONFORME DISPOSIÇÃO ABAIXO.

Disciplinas	Quantidade de questões	Valor de cada questão
Língua Portuguesa	10	2
Matemática Financeira/Estatística/Raciocínio Lógico	10	3
Direito Tributário	10	3
Direito Constitucional/Direito Administrativo	10	2

- VERIFIQUE SE ESTE MATERIAL ESTÁ EM ORDEM. CASO CONTRÁRIO, NOTIFIQUE IMEDIATAMENTE O FISCAL.
- RESERVE OS 30 (TRINTA) MINUTOS FINAIS PARA MARCAR SEU CARTÃO DE RESPOSTAS.

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO

- Após identificado e instalado na sala, você não poderá consultar qualquer material, enquanto aguarda o horário de início da prova.
- Siga, atentamente, a forma correta de preenchimento do Cartão de Respostas, conforme estabelecido no próprio.
- Não haverá substituição do Cartão de Respostas por erro do candidato.

Por motivo de segurança:

- O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala após 1 (uma) hora do início efetivo da prova;
- Somente faltando 1 (uma) hora para o término da prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões;
- O candidato que optar por se retirar sem levar o seu Caderno de Questões, não poderá copiar suas respostas por qualquer meio. O descumprimento dessa determinação será registrado em ata e acarretará a eliminação do candidato; e
- Ao terminar a prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e/ou bebedouros.
- Ao terminar a prova, é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o Cartão de Respostas assinado. Não se esqueça dos seus pertences.
- Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o Cartão de Respostas.
- O fiscal de sala não está autorizado a alterar quaisquer destas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.

BOA PROVA!

www.funcab.org

Texto para responder às questões de 01 a 10.

Vestibular de verdade era no meu tempo. Já estou chegando, ou já cheguei, à altura da vida em que tudo de bom era no meu tempo; meu e dos outros coroa. Acho inadmissível e mesmo chocante (no sentido antigo) um coroa não ser reacionário. Somos uma força histórica de grande valor. Se não agíssemos com o vigor necessário – evidentemente o condizente com a nossa condição *provecta* –, tudo sairia fora de controle, mais do que já está. O vestibular, é claro, jamais voltará ao que era outrora e talvez até desapareça, mas julgo necessário falar do antigo às novas gerações e lembrá-lo às minhas coevas (ao dicionário outra vez; domingo, dia de exercício).

O vestibular de Direito a que me submeti, na velha Faculdade de Direito da Bahia, tinha só quatro matérias: português, latim, francês ou inglês e sociologia, sendo que esta não constava dos currículos do curso secundário e a gente tinha que se virar por fora. Nada de cruzinhas, múltipla escolha ou matérias que não interessassem diretamente à carreira. Tudo escrito tão ruybarbosianamente quanto possível, com citações decoradas, preferivelmente. Os textos em latim eram *As Catilinárias* ou a *Eneida*, e das quais até hoje sei o comecinho.

Havia provas escritas e orais. A escrita já dava nervosismo, da oral muitos não se recuperaram inteiramente, pela vida afora. Tirava-se o ponto (sorteava-se o assunto) e partia-se para o martírio, insuperável por qualquer esporte radical desta juventude de hoje. A oral de latim era particularmente espetacular, porque se juntava uma multidão, para assistir à performance do saudoso mestre de Direito Romano Evandro Baltazar de Silveira. Franzino, sempre de colete e olhar vulpino (dicionário, dicionário), o mestre não perdoava.

– Traduza aí “quousque tandem, Catilina, [abutere] patientia nostra” – dizia ele ao entanguido vestibulando.

– “Catilina, quanta paciência tens?” – retrucava o infeliz.

Era o bastante para o mestre se levantar, pôr as mãos sobre o estômago, olhar para a plateia como quem pede solidariedade e dar uma carreirinha em direção à porta da sala.

– Ai, minha barriga! – exclamava ele. – Deus, ó Deus, que fiz eu para ouvir tamanha asnice? Que pecados cometi, que ofensas Vos dirigi? Salvai essa alma de alimária, Senhor meu Pai!

Pode-se imaginar o resto do exame. [...] Comigo, a coisa foi um pouco melhor, eu falava um latinzinho e ele me deu seis, nota do mais alto coturno em seu elenco.

O maior público das provas orais era o que já tinha ouvido falar alguma coisa do candidato e vinha vê-lo “dar um show”. Eu dei show de português e inglês. O de português até que foi moleza, em certo sentido. O professor José Lima, de pé e tomando um cafezinho, me dirigiu as seguintes palavras aladas:

– Dou-lhe dez, se o senhor me disser qual é o sujeito da primeira oração do Hino Nacional!

– “As margens plácidas” – respondi instantaneamente e o mestre quase deixa cair a xícara.

– Por que não é indeterminado “ouviram, etc.”?

– Porque o “as” de “as margens plácidas” não é craseado. Quem ouviu foram as margens plácidas. É uma anástrofe, entre as muitas que existem no Hino. “Nem teme quem te adora a própria morte”: sujeito: “quem te adora”. Se pusermos na ordem direta...

– Chega! – berrou ele. – Dez! Vá para a glória! A Bahia será sempre a Bahia!

RIBEIRO, João Ubaldo. *Jornal Grande Bahia*: 12 jun. 2013.

Questão 01

Em relação à narrativa apresentada, a leitura atenta revela ser impropriedade o seguinte comentário:

- A) é escrita na 1ª pessoa.
- B) o narrador repudia o uso de formas populares de dizer.
- C) incita o leitor a uma leitura compreensiva.
- D) explora o anedótico como recurso de humor.
- E) tem cunho memorialista.

Questão 02

A alternativa em que os sinônimos propostos para substituir as palavras em destaque mostram-se, quanto ao sentido, inadequados ao contexto em que estas foram empregadas é:

- A) “... sempre de colete e olhar VULPINO...” (§ 3) / astuto, ardiloso
- B) “... um coroa não ser REACIONÁRIO.” (§ 1) / conservador, tradicionalista
- C) “... dizia ele ao ENTANGUIDO vestibulando.” (§ 4) / raquítico, mirrado
- D) “... e lembrá-lo às minhas COEVAS...” (§ 1) / contemporâneas, coetâneas
- E) “... condizente com a nossa condição PROVECTA...” (§ 1) / anciã, longeva

Questão 03

No contexto em que se vê empregado, o neologismo “ruybarbosianamente” (§ 2) dá conta de um estilo acadêmico que deve ser interpretado como:

- A) impreciso, ambíguo.
- B) despojado, enxuto.
- C) afetado, pomposo.
- D) conciso, lacônico.
- E) sóbrio, simples.

Questão 04

Em: “Tirava-se o ponto (sorteava-se o assunto) e partia-se para o martírio...” (§ 3), o comentário entre parênteses tem, em relação ao sentido da oração anterior, o seguinte objetivo:

- A) exemplificar.
- B) especificar.
- C) esclarecer.
- D) definir.
- E) retificar.

Questão 05

Altera-se o sentido fundamental do enunciado no texto com a reescrita da seguinte oração:

- A) “... e ele me deu seis, nota do mais alto coturno em seu elenco.” (§ 8) / não obstante ele me deu seis, nota do mais alto coturno em seu elenco
- B) “Se não agíssemos com o vigor necessário...” (§ 1) / Não agíssemos com o vigor necessário
- C) “... porque se juntava uma multidão...” (§ 3) / visto juntar-se uma multidão
- D) “... sendo que esta não constava dos currículos do curso secundário...” (§ 2) / a última das quais não constava dos currículos do curso secundário
- E) “... insuperável por qualquer esporte radical desta juventude de hoje.” (§ 3) / que nenhum esporte radical desta juventude de hoje superaria

Questão 06

De acordo com as normas do português padrão, a mudança de posição do pronome átono proposta só é admissível em:

- A) “O professor [...] me dirigiu as seguintes palavras...” (§ 9) / dirigiu-me
- B) “... se o senhor me disser qual é o sujeito...” (§ 10) / disser-me
- C) “... muitos não se recuperaram inteiramente...” (§ 3) / recuperaram-se
- D) “... e a gente tinha que se virar por fora.” (§ 2) / virar-se
- E) “Tirava-se o ponto...” (§ 3) / Se tirava

Questão 07

Ocorre a mesma anástrofe (ou anástrofe dos mesmos termos oracionais) que aquela que o personagem-narrador aponta em: “Nem teme quem te adora a própria morte...” (§ 13) na seguinte passagem do Hino Nacional:

- A) Do que a terra mais garrida / Teus risonhos, lindos campos têm mais flores
- B) Brasil, de amor eterno seja símbolo / O lábaro que ostentas estrelado
- C) Se em teu formoso céu, risonho e límpido, / A imagem do cruzado resplandece
- D) Nossos bosques têm mais vida, / Nossa vida no teu seio mais amores
- E) É o sol da liberdade, em raios fúlgidos, / Brilhou no céu da pátria nesse instante

Questão 08

O verbo “haver” – empregado corretamente, como verbo impessoal, em “Havia provas escritas e orais.” (§ 3) – flexiona-se, para concordar com o sujeito, apenas no contexto da seguinte frase:

- A) Mestres como aqueles nunca mais houveram.
- B) Haveriam candidatos melhores em São Paulo?
- C) Alguns candidatos se houveram bem na prova.
- D) Havia até candidatos que desmaiavam.
- E) Era uma anástrofe, como muitas que haviam no Hino.

Questão 09

Na hipótese de reescrita do termo destacado em: "O vestibular de Direito A QUE ME SUBMETI..." (§ 2), a gramática do português padrão condenaria a regência do verbo usado na alternativa:

- A) que eu ainda me lembro.
- B) para o qual muito estudei.
- C) de que agora, saudoso, lhes falo.
- D) em que passei com louvor.
- E) que nos deixava em pânico.

Questão 10

Com a reescrita do termo em destaque, o uso do acento grave no "a" torna-se facultativo em:

- A) "... julgo necessário falar do antigo ÀS NOVAS GERAÇÕES..." (§ 1) / a essas novas gerações
- B) "... estou chegando, ou já cheguei, À ALTURA DA VIDA..." (§ 1) / a uma altura da vida
- C) "... assistir À PERFORMANCE DO SAUDOSO MESTRE..." (§ 3) / a mais uma performance do saudoso mestre
- D) "... que não interessassem diretamente À CARREIRA." (§ 2) / a nossa carreira
- E) "... e lembrá-lo ÀS MINHAS COEVAS..." (§ 1) / a minhas coevas

**MATEMÁTICA FINANCEIRA / ESTATÍSTICA /
RACIOCÍNIO LÓGICO**

Questão 11

A tabela a seguir contém o faturamento dos últimos cinco meses de um hotel. Pode-se afirmar que o desvio-padrão **X**, dos faturamentos na tabela, pertence ao intervalo:

R\$ 1.200.000,00
R\$ 1.300.000,00
R\$ 1.500.000,00
R\$ 1.700.000,00
R\$ 1.800.000,00

- A) $0 < x < 1.000.000$
- B) $0 < x < 1.000$
- C) $0 < x < 10.000$
- D) $0 < x < 100.000$
- E) $0 < x < 50.000$

Questão 12

Inicialmente, a média aritmética dos faturamentos dos últimos cinco meses de uma loja foi de R\$ 126.000,00. Porém, após uma revisão, verificou-se que o faturamento do último mês, no valor de R\$ 134.000,00, estava errado. Após a devida correção, a nova média dos faturamentos dos últimos cinco meses foi de R\$ 125.000,00. Determine o valor correto do faturamento do último mês.

- A) R\$ 125.000,00
- B) R\$ 133.800,00
- C) R\$ 128.000,00
- D) R\$ 133.000,00
- E) R\$ 129.000,00

Questão 13

Calcule os juros obtidos em um empréstimo de R\$ 30.000,00, a uma taxa de juros de 8% ao mês, ao final de cinco trimestres, no regime de juros simples.

- A) R\$ 12.000,00
- B) R\$ 24.000,00
- C) R\$ 36.000,00
- D) R\$ 30.000,00
- E) R\$ 18.000,00

Questão 14

Calcule a taxa efetiva anual equivalente à taxa de 15% ao ano, ano comercial, capitalizados semestralmente.

- A) 15,5625% a.a.
- B) 13,5% a.a.
- C) 14,0625% a.a.
- D) 13,0765% a.a.
- E) 15,0125% a.a.

Questão 15

Marcos descontou uma promissória com valor nominal de R\$ 24.000,00, com vencimento em 10 meses. Calcule a taxa mensal de desconto comercial simples utilizada, sabendo que o desconto foi de R\$ 9.120,00.

- A) 3,4%
- B) 3,8%
- C) 5%
- D) 4%
- E) 3%

Questão 16

Assinale a alternativa que contém o sistema de amortização utilizado no financiamento cujos valores estão representados na tabela a seguir.

Ano	Juros	Amortização	Prestação	Saldo
0				R\$ 10.000
1	R\$ 1.200	R\$ 2.500	R\$ 3.700	R\$ 7.500
2	R\$ 900	R\$ 2.500	R\$ 3.400	R\$ 5.000
3	R\$ 600	R\$ 2.500	R\$ 3.100	R\$ 2.500
4	R\$ 300	R\$ 2.500	R\$ 2.800	R\$ 0
Total	R\$ 3.000	R\$ 10.000	R\$ 13.000	-----

- A) "SAC"
- B) Sistema Americano
- C) "BULLET"
- D) "PRICE"
- E) "SAM"

Questão 17

Determine o sexto termo da sequência abaixo.

$$3 - 4,3 - 6,8 - 10,5 - 15,4 - ?$$

- A) 19,1
- B) 21,5
- C) 17,9
- D) 23,9
- E) 20,3

Questão 18

Calcule o valor atual, ou seja, o valor presente líquido, aproximado, dos fluxos representados na tabela abaixo, considerando uma taxa de juros de 10% ao ano.

Ano	Fluxo de Caixa
0	-1.000
1	200
2	500
3	500
4	200

- A) 0
- B) -92,50
- C) -96,40
- D) 107,30
- E) 115,20

Questão 19

Marcos, João e mais quatro amigos irão disputar uma corrida. Determine a probabilidade de Marcos e João terminarem a corrida um em primeiro e o outro em último lugar, em qualquer ordem.

- A) 1/30
- B) 2/5
- C) 3/5
- D) 1/5
- E) 1/15

Questão 20

Um empresário foi ao banco descontar uma nota promissória com valor nominal de R\$ 40.000,00 e vencimento em dois meses. Calcule o valor recebido pelo empresário, sabendo que foi cobrada uma taxa de desconto comercial composto de 2% ao mês.

- A) R\$ 37.646,68
- B) R\$ 39.030,25
- C) R\$ 39.200,00
- D) R\$ 38.416,00
- E) R\$ 38.972,30

DIREITO TRIBUTÁRIO

Questão 21

Sobre cobrança judicial da dívida ativa, assinale a alternativa correta.

- A) Proposta a execução fiscal, a posterior mudança de domicílio do executado desloca a competência já fixada.
- B) Em execução fiscal, a prescrição ocorrida antes da propositura da ação não pode ser decretada de ofício.
- C) A exceção de pré-executividade é admissível na execução fiscal relativamente às matérias conhecíveis de ofício que não demandem dilação probatória.
- D) Na execução fiscal, o devedor deverá ser intimado, por edital, do dia e hora da realização do leilão.
- E) É necessária a intervenção do Ministério Público nas execuções fiscais.

Questão 22

Constitui modalidade de exclusão do crédito tributário:

- A) transação.
- B) tutela antecipada.
- C) remissão.
- D) isenção.
- E) decadência.

Questão 23

Sobre impostos de competência da União, assinale a alternativa correta.

- A) A indenização recebida pela adesão a programa de incentivo à demissão voluntária está sujeita à incidência do imposto de renda.
- B) Nos depósitos judiciais, incide o imposto sobre operações financeiras.
- C) O pagamento de férias não gozadas por necessidade do serviço não está sujeito à incidência do imposto de renda.
- D) O pagamento de licença-prêmio não gozada por necessidade do serviço está sujeito ao imposto de renda.
- E) Não incide imposto de renda sobre os valores percebidos a título de indenização por horas extraordinárias trabalhadas.

Questão 24

Sobre impostos de competência dos Municípios, assinale a alternativa correta.

- A) O contribuinte do IPTU é notificado do lançamento pelo envio do carnê ao seu endereço.
- B) É permitido ao município atualizar o IPTU, mediante decreto, em percentual superior ao índice oficial de correção monetária.
- C) A arrematação judicial de bem imóvel em leilão público não será considerado fato gerador do ITBI.
- D) Não cabe à legislação estadual estabelecer o sujeito passivo do IPTU.
- E) O ITBI não incide na cessão onerosa de direitos à aquisição de imóvel.

Questão 25

Sobre Sistema Tributário Nacional, é correto afirmar:

- A) A imunidade dos templos religiosos compreende a vedação de instituir todo e qualquer tributo.
- B) A imunidade das entidades de educação e assistência social sem fins lucrativos é de natureza objetiva.
- C) Somente os livros e revistas didáticos gozam de imunidade tributária constitucional objetiva.
- D) O princípio da imunidade recíproca é decorrência lógica do princípio federativo e visa a assegurar a autonomia dos entes políticos.
- E) A lei que aumenta a base de cálculo do IPTU se submete ao princípio da anterioridade nonagesimal.

Questão 26

Sobre prescrição, decadência e compensação em matéria tributária, assinale a alternativa correta.

- A) Não é possível a restituição de tributo atingido pela decadência.
- B) O prazo prescricional da execução fiscal inicia-se com a inscrição em dívida ativa do crédito tributário.
- C) Não se aplicam as disposições do CTN, afetas à decadência e à prescrição, ao FGTS.
- D) A compensação de créditos tributários pode ser deferida em ação cautelar ou por medida liminar cautelar ou antecipatória.
- E) a decadência tributária é uma forma de suspensão do crédito tributário.

Questão 27

Considerando os temas “obrigação tributária” e “responsabilidade tributária”, assinale a alternativa correta.

- A) A obrigação tributária acessória é uma prestação designativa do ato de pagar, afeta ao tributo e à multa.
- B) A responsabilidade tributária por infrações não é elidida quando provada a ausência de culpa ou dolo do agente.
- C) São pessoalmente responsáveis o adquirente ou remitente somente pelos impostos relativos aos bens adquiridos ou remidos.
- D) O espólio é responsável pelos tributos devidos pelo de cujus até o dia imediatamente anterior ao falecimento.
- E) O contribuinte é sujeito passivo indireto e o responsável tributário é sujeito passivo direto.

Questão 28

Sobre legislação tributária, assinale a alternativa correta.

- A) Os atos normativos das autoridades administrativas, conforme dispõe o CTN, entram em vigor 45 dias após a data da sua publicação.
- B) O emprego da analogia poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei.
- C) Deve ser interpretada de maneira mais favorável ao Fisco a lei tributária que defina infrações e comine penalidades.
- D) Os princípios gerais de direito privado são utilizados para a definição do alcance dos efeitos tributários dos seus institutos.
- E) A legislação tributária aplica-se imediatamente aos fatos geradores futuros e aos pendentes.

Questão 29

Sobre anistia, remissão e transação, assinale a alternativa correta.

- A) A anistia decorre de lei e compreende as infrações futuras.
- B) Não se aplica a anistia a atos praticados com simulação pelas pessoas jurídicas beneficiadas.
- C) A anistia abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede.
- D) Transação é a liberação graciosa (unilateral) da dívida pelo Fisco.
- E) A remissão é o acordo para concessões recíprocas que põem fim ao litígio, conforme CTN.

Questão 30

O princípio tributário da seletividade aplica-se ao:

- A) IOF.
- B) ITR.
- C) PIS.
- D) ICMS.
- E) IR.

**DIREITO CONSTITUCIONAL /
DIREITO ADMINISTRATIVO****Questão 31**

No estudo da interpretação das normas constitucionais, é correto afirmar:

- A) O princípio da unidade da Constituição impõe ao intérprete o dever de harmonizar as tensões e contradições entre os diferentes preceitos constitucionais a concretizar, levando em consideração a Constituição Federal de forma global.
- B) Os métodos tradicionais de interpretação jurídica (como, p. ex., gramatical, histórico, sistemático e teleológico) não possuem utilidade na interpretação constitucional, em razão da supremacia e da unidade da Constituição.
- C) Por sua natureza, alguns dispositivos da Constituição Federal não são dotados de força normativa, tendo como função dar publicidade a uma descrição da sociedade idealizada pela população, através de seus representantes.
- D) Consiste o princípio da razoabilidade ou proporcionalidade na aferição da razão ou proporção com a qual cada dispositivo constitucional contribuirá para a formação da solução do caso concreto.
- E) As normas constitucionais, consubstanciadas em princípios e regras, são aplicadas com a utilização da técnica da ponderação, que consiste na verificação silogística da subsunção da situação concreta às normas supostamente aplicáveis ao caso.

Questão 32

Levando em conta a disciplina constitucional acerca da autonomia dos Municípios e da Organização do Estado e dos Poderes, assinale a alternativa correta.

- A) Os Municípios regem-se integralmente pelas disposições das Constituições Federal e Estadual, podendo, entretanto, editar leis orgânicas que suplementem aquelas Constituições no que forem omissas ou insuficientes.
- B) As competências dos Municípios limitam-se a questões que não se insiram nas competências da União e dos Estados; são, portanto, residuais.
- C) Compete aos Municípios legislar concorrentemente com os Estados sobre assuntos de interesse local.
- D) Embora gozem de relativa autonomia, os Municípios não detêm o poder de auto-organização, tal como ocorre com os Estados Federados, uma vez que não lhes é permitido editar Constituição nem instituir Poder Judiciário municipal.
- E) Compete aos Municípios suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.

Questão 33

Em se tratando das regras constitucionais que disciplinam as finanças e os orçamentos públicos, assinale a alternativa correta.

- A) É vedada a vinculação de receita de imposto a órgão, fundo ou despesa, mesmo que para manutenção e desenvolvimento do ensino, podendo, entretanto, tal vedação ser excepcionada por lei complementar de cada ente da federação.
- B) É admitida a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais, no caso de urgências relacionadas com habitação.
- C) Não se admite o início de programa ou projeto não incluído na lei orçamentária anual, salvo se for inserido no respectivo Plano Plurianual.
- D) Admite-se a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e até sem indicação imediata dos recursos correspondentes, desde que estes sejam destinados a ações e serviços públicos essenciais.
- E) A abertura de crédito extraordinário somente é admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

Questão 34

A Constituição Federal, em seu artigo 60, parágrafo 4º, estabelece as suas chamadas Cláusulas Pétreas, a respeito das quais é correto afirmar:

- I. Impedem que quaisquer leis ou atos normativos de menor hierarquia contrariem a Constituição Federal.
- II. Estabelecem limites formais para a alteração do texto constitucional.
- III. Dirigem-se tanto ao chamado Poder Constituinte Derivado quanto ao chamado Poder Constituinte Originário.
- IV. Protegem a forma federativa do Estado Brasileiro e a Separação de Poderes.
- V. Impedem que seja abolida pelo Poder Constituinte Reformador a forma de governo republicana adotada atualmente no Brasil.
- VI. Protegem o direito de propriedade individual, bem como o voto direto, secreto, universal e periódico.

Estão corretas apenas as afirmativas:

- A) I, IV e V.
- B) II, IV e VI.
- C) I, II e V.
- D) III, V e VI.
- E) IV e VI.

Questão 35

Considere as afirmativas a seguir e, em seguida, assinale a alternativa correta.

- I. De acordo com a Constituição Federal, as sociedades de economia mista estão sujeitas ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários.
- II. As Organizações Sociais (OS's) são exemplos da retomada, pelo Estado, de atividades administrativas cuja execução havia sido transferida para a iniciativa privada por ocasião do advento do chamado Estado Liberal.
- III. As autarquias gozam da imunidade tributária recíproca que beneficia a União, os Estados e os Municípios, no que concerne ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou delas decorrentes.
- IV. Por serem unidades despersonalizadas, os órgãos públicos não possuem capacidade para figurar como parte nos contratos administrativos típicos, muito embora, na prática, frequentemente assim ocorra.
- V. Por sua natureza, as empresas públicas não estão submetidas às imposições de licitação prévia à celebração de contratos e de concurso público para a contratação de seus agentes.
- VI. As empresas públicas podem ter como objeto social a prestação de serviços públicos, sendo-lhes vedada a exploração de atividade econômica.

Estão corretas apenas as afirmativas:

- A) II e IV.
- B) I, III e IV.
- C) III, V e VI.
- D) II, IV e VI.
- E) I, II e V.

Questão 36

São princípios específicos, que informam as licitações realizadas pela Administração Pública para a celebração de seus contratos, EXCETO:

- A) proteção ao trabalho artesanal e regionalizado.
- B) vinculação ao instrumento convocatório.
- C) julgamento objetivo.
- D) procedimento formal.
- E) competitividade.

Questão 37

Assinale a alternativa correta, no que concerne aos contratos administrativos.

- A) No caso de inadimplemento da outra parte por prazo superior a 30 (trinta) dias, tanto a Administração como o particular contratado podem considerar unilateralmente o contrato rescindido de pleno direito, condicionada a eficácia da rescisão, entretanto, à notificação da parte adversa.
- B) Tanto as cláusulas regulamentares (de serviço) quanto as cláusulas econômicas (financeiras) dos contratos administrativos podem ser alteradas unilateralmente pela Administração Pública, desde que respeitados os limites estabelecidos pela Lei nº 8.666/1993.
- C) Diferentemente do que ocorre com os reajustes disciplinados por cláusula contratual, a revisão do contrato administrativo não é direito do contratado, estando condicionada não só à ocorrência de suas hipóteses autorizadoras, como também à avaliação de conveniência e oportunidade da Administração e ao intervalo de um ano em relação a revisão anterior.
- D) Denomina-se contrato por escopo aquele em que o ajuste será cumprido até o final do prazo estabelecido pelas partes.
- E) São características dos contratos administrativos, dentre outras, a instabilidade, o desequilíbrio, a comutatividade e o formalismo.

Questão 38

Sobre a disciplina aplicável aos atos administrativos, é correto afirmar:

- A) Conceitua-se a motivação como a situação de fato ou de direito que gera a vontade do agente para a prática do ato administrativo.
- B) A despeito do princípio da solenidade, excepcionalmente, o silêncio da Administração pode ser interpretado como manifestação de vontade positiva.
- C) Desde que haja previsão legal nesse sentido, o ato administrativo pode ser imediatamente executado pela Administração Pública após sua edição.
- D) Concluindo pela inconveniência de determinado ato administrativo em razão da modificação das circunstâncias originárias que levaram à sua prática, deve a Administração Pública anulá-lo tão logo tome ciência do novo cenário.
- E) Denomina-se abstração a característica dos atos administrativos que os torna obrigatórios a todos aqueles que sejam alcançados por suas hipóteses de incidência.

Questão 39

Dentre as alternativas abaixo, assinale a INCORRETA, em matéria de controle da Administração Pública.

- A) Compete à própria Administração Pública – em juízo privativo – o controle interno de mérito dos atos praticados, através do exame de sua conveniência e oportunidade.
- B) Os Tribunais de Contas são órgãos da estrutura do Poder Legislativo que têm como objetivo precípuo auxiliar o Legislativo no exercício do controle financeiro da Administração Pública.
- C) Denomina-se controle por subordinação aquele exercido internamente pela Chefia do Poder Executivo sobre as entidades da Administração Indireta que lhe são vinculadas.
- D) A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Administração Pública é de responsabilidade do Poder Legislativo, incluído aí o exame da juridicidade dos atos praticados.
- E) O controle externo da Administração Pública é exercido pelos Poderes Legislativo e Judiciário.

Questão 40

Levando em conta o entendimento predominante sobre a disciplina jurídica da improbidade administrativa, é correto afirmar:

- A) Dentre as diversas sanções possíveis, ao responsável pelo ato de improbidade pode ser cominada pena de suspensão dos direitos políticos por determinado período.
- B) Não se pode atribuir a prática de ato de improbidade a pessoas jurídicas, tendo em vista a necessidade de se comprovar má-fé por parte do acusado.
- C) O limite da condenação pecuniária por ato de improbidade é o valor do acréscimo patrimonial ilicitamente experimentado pelo acusado.
- D) A configuração da improbidade administrativa não exige, em nenhuma hipótese, que o acusado tenha agido com dolo.
- E) Por sua própria natureza, a configuração da improbidade administrativa pressupõe a ocorrência de dano ao Erário.